
Foice em Seara Alheia

JOSÉ OLIVEIRA*

NÃO sou professor nem bibliotecário. Perguntarão: que está este senhor a fazer num encontro que tem por objectivo promover a reflexão sobre o papel e o lugar da documentação na escola? Responderei que vim sobretudo para ouvir e aprender. É assunto que me interessa. E a seara em que me atrevo a meter a foice não me é inteiramente alheia. A minha actividade tem com a vossa, a meu ver, inegáveis pontos de contacto: sou editor e dirigente de uma associação que se dedica à promoção de livros para crianças e jovens (a Secção Portuguesa do International Board on Books for Young People — IBBY).

Em apoio do meu interesse, citarei as Resoluções do Pré-Seminário sobre Biblioteconomia Escolar realizado no quadro do 3.º Conselho e Conferência Geral da IFLA. As resoluções recomendam às suas associações-membros que trabalhem com outros organismos «para encorajar as autoridades nacionais de educação a desenvolver uma política que tenha em conta o papel das bibliotecas escolares no desenvolvimento nacional»; e, mais adiante, afirmam que «livros acessíveis e de alta qualidade são essenciais para o desenvolvimento das bibliotecas escolares e da instrução» e afirmam «a importância de uma indústria editorial local bem estabelecida para produzir esses materiais».

O que me leva a fazer aqui uma intervenção é o facto de me sentir profundamente preocupado com a situação do livro e da leitura, em Portu-

* Editor. Secretário de direcção da Secção Portuguesa do IBBY (International Board on Books for Young People).

gal, hoje. Começarei por enunciar alguns princípios que me norteiam, para depois esclarecer as razões da minha preocupação.

Considero que a leitura é um direito democrático essencial, como meio de acesso à cultura, ao saber e à informação e, assim, da formação de cidadãos livres e conscientes. Considero que o livro é não só o portador único da literatura (factor relevante de identidade cultural de um povo) como vector importantíssimo de transmissão de informação. Considero que, apesar da inegável importância neste domínio de meios como a televisão, o CD-ROM e outras novas tecnologias, o livro conserva um insubstituível papel estruturador na leitura e na organização coerente do pensamento. Considero que o índice de leitura é um padrão essencial definidor do grau de desenvolvimento e que a sua elevação deve por isso constituir um objectivo nacional estratégico.

E qual é a situação da leitura em Portugal que me preocupa? Desde logo, o facto de os dados disponíveis serem descontínuos e parcelares. Nomeadamente, não contemplam os leitores menores de 15 anos.

O *Inquérito aos Hábitos de Leitura*, de Eduardo de Freitas e Maria de Lourdes Lima dos Santos indica: num universo de alfabetizados, a leitura *cumulativa* (que supõe uma prática consolidada, incluindo a leitura de livros, jornais e revistas), abrange 40,3% dos leitores; a leitura *parcelar* (indiciadora de um convívio esquivo com a leitura e de uma prática tendencialmente não consolidada) abrange 45% dos leitores; e a *não-leitura* (e trata-se de pessoas que «sabem ler») representa 14,7%. Ou seja, 60% dos alfabetizados realmente não pratica, ou pratica pouco, a leitura. No que diz respeito à leitura de livros: 46,5% dos inquiridos não leu nenhum livro no último ano.

Este retrato é confirmado pelos inquéritos anuais aos hábitos de leitura promovidos pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL). Os números do inquérito de 1993 indicam: 57% dos portugueses não costumam ler livros; 62% não compram livros nenhuns por ano; em 17,8% dos lares não existem livros nenhuns.

Vão exactamente no mesmo sentido os números relativos à edição de livros, também publicados pela mesma APEL. (Um parêntese: os números são os de uma instituição privada. Não os fornece a instituição pública que por imperativo legal recebe todos os livros publicados no país: a Biblioteca Nacional.) Entre 1988 e 1993 as tiragens médias caíram de 4800 para 3700 exemplares. Se especificarmos (afastando a distorção introduzida pelo livro escolar), o panorama piora: na literatura infantil, uma descida de 6500 para 3200 exemplares; na «literatura geral» (que inclui a ficção, o teatro, a poesia), uma descida de 2900 para menos de 1500 exemplares. É uma situação muito grave.

Deste modo, são tudo menos surpreendentes as notícias publicadas na imprensa relativamente ao estudo sobre a iliteracia em Portugal. Como afirmou na altura o Professor Marçal Grilo, apenas vieram confirmar um estado de coisas que empiricamente já todos tínhamos constatado.

Por outro lado, é sabido que os hábitos de leitura (como outros comportamentos sociais) tendem a ser geracionalmente e socialmente reproduzidos. Confirmam-no claramente os citados estudos da APEL e de Eduardo de Freitas e Maria de Lourdes Lima dos Santos. Os filhos de pais leitores (que são de estratos sociais e com níveis de estudos mais elevados) tenderão a ser leitores; os filhos de não leitores (que são de estratos sociais e com níveis de estudos mais baixos) tenderão a ser eles também não leitores. É um círculo vicioso que tem de ser quebrado.

Mas como inflectir e inverter este quadro? Suponho que não existem receitas milagrosas. Tanto mais quanto a situação, se bem que com diferentes graus e matices, não é exclusivamente portuguesa — afecta países bem mais desenvolvidos.

Parece consensual afirmar que a escola, por onde passam todos os jovens, é uma instituição que pode desempenhar aqui um papel de primeiro plano. Não se quer atribuir todas as responsabilidades à escola. Mas é ela a instituição que está em condições de o fazer. Não ousou falar dos conteúdos e dos métodos de ensino. Mas quero dizer duas palavras sobre bibliotecas escolares.

Não para convencer-vos a sua importância. Seria tentar abrir portas abertas: os que aqui se encontram já estão convencidos. Infelizmente, essa convicção está longe de ser partilhada pelo conjunto da sociedade, e nomeadamente por quem tem particulares responsabilidades na matéria, a saber: o Ministério da Educação. (Assim tem sido nos últimos anos. Irá o novo governo e o novo ministro alterar a situação?)

E quantas bibliotecas escolares existem? Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada apresentam os seguintes dados, com base num universo de cerca de 900 escolas públicas: dispõem de um espaço exclusivamente dedicado à biblioteca 76,2% das escolas secundárias, 57,3% das C+S, 59,4% das preparatórias, mas apenas 7,9% das primárias (35,5% das primárias nem sequer dispõem de um espaço improvisado [Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, *Os Jovens e a Leitura nas Vésperas do Século XXI*. Lisboa: Caminho, 1994, p. 116]. Por seu lado, Ana Maria Pessoa fala de «mais de 1000 bibliotecas escolares existentes nos estabelecimentos de ensino (2.º-3.º Ciclo e Secundário) do país» [Ana Maria Pessoa, *A Biblioteca Escolar*. Porto: Campo das Letras, 1994, p. 16]. Creio que não há dados mais precisos.

Quanto a condições de funcionamento, parece não haver dúvida de que não são satisfatórias. No estudo de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, lê-se que «os professores de todos os níveis tendem a considerar insuficiente o número de livros de que dispõem» [*op. cit.*, p. 118]. José António Calixto vai mais longe: «Falar de biblioteca escolar em Portugal é falar de algo que não existe, se quisermos ser rigorosos na utilização do conceito» [José António Calixto, «Biblioteca Pública *versus* Biblioteca Escolar», *Cadernos BAD* (3) 1994, p. 60].

Se não existe, que é necessário para que exista? Sendo insubstituível o empenhamento das escolas e dos professores-bibliotecários, creio ser impensável que venha a existir sem a vontade política do Estado de disponibilizar recursos financeiros e humanos para criar, dinamizar e coordenar não só bibliotecas escolares mas um verdadeiro sistema de bibliotecas escolares. Essa vontade não tem existido. Vão as coisas alterar-se agora? Sem fazer juízos de intenção, creio que toda a nossa experiência de relacionamento com o Estado nos diz que as coisas não se alterarão por si.

A meu ver, haverá que criar um movimento de opinião, ou de influência, ou de pressão, como lhe queiram chamar. Que torne claro o empenhamento público e que torne inevitável a adopção de medidas. Naturalmente, cabe aqui aos professores-bibliotecários um papel de primeira linha. Mas creio também que outros sectores, pessoas, organizações, poderão e deverão juntar-se-lhes numa reclamação que interessa ao conjunto da sociedade.

Permito-me citar um exemplo da Catalunha. Por iniciativa do Colégio Oficial de Bibliotecários-Documentalistas, um conjunto de treze organizações diversas (incluindo sindicatos, associações de pais, estabelecimentos universitários) aprovou um *Manifesto pelas Bibliotecas Escolares*.

Parece-me que vale a pena ponderar seriamente este exemplo, e desde já apresento a minha disponibilidade e da organização que represento para colaborar em iniciativas nesse sentido. Estou certo de que o esforço despendido seria largamente compensado pelos benefícios que seguramente adviriam da criação de um sistema de bibliotecas escolares. Benefícios para a leitura, para a educação, para o país.